

## INCLUSÃO E DIVERSIDADE NA LITERATURA INFANTIL

Jasminy Ellany Adelino Rocha <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo aborda a importância da inclusão e diversidade na literatura infantil como ferramenta para promover a representatividade e a aceitação da diversidade desde a infância. Tendo como objetivo analisar como a presença de personagens diversos impacta o desenvolvimento das crianças, além de investigar o papel dos livros infantis na promoção da empatia e da compreensão das diferenças.

A inclusão e a diversidade na literatura infantil desempenham um papel fundamental na formação das crianças, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A literatura infantil inclusiva e diversa oferece às crianças a oportunidade de se identificar com personagens que reflitam suas próprias experiências e realidades, ao mesmo tempo em que as expõe a perspectivas e vivências diversas. Isso contribui para ampliar o repertório cultural das crianças, promovendo a tolerância e o reconhecimento da pluralidade existente na sociedade.

A metodologia utilizada se baseia em uma revisão bibliográfica, analisando estudos e teorias sobre o tema, além de realizar uma análise qualitativa de obras literárias infantis que abordam a inclusão e a diversidade. Essa abordagem permite uma compreensão ampla e embasada sobre o impacto da literatura na formação das crianças com inclusão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão, diversidade e literatura infantil.

**Palavras-chave:** Artigo completo, Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

### INTRODUÇÃO

Vivenciamos um momento em que mundialmente se fala na inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, na rede regular de ensino. Sabemos que a legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças.

Por outro lado, é importante ressaltar que não é suficiente apenas esse acolhimento, mas, principalmente, que o aluno com necessidades especiais tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. Desta forma, é necessário e urgente, que os sistemas de ensino se organizem para que além de assegurar essas matrículas, assegurem também à permanência de todos os alunos, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e a qualidade do ensino.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de **Licenciatura Perna em Pedagogia-UFPB, Campus III, Bananeiras-PB**, jasminyellany23@gmail.com; ;

Cabe à escola aceitar todos os alunos, os ditos “normais” e os que têm alguma deficiência sem que faça distinção alguma, pois muitas são as ocorrências de todos os tipos de exclusão, algumas, na maioria das vezes, por falta de conhecimento.

Dessa forma, uma das finalidades desse trabalho é tentar contribuir para o debate acerca da Inclusão e Diversidade na Literatura Infantil, com o desejo de que as crianças com deficiência sejam inclusas no âmbito escolar e que realmente aprendam. Espero também que esse trabalho possa servir de fonte de consulta para pesquisas futuras.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica referente à importância da inclusão e Diversidade na Literatura Infantil, tendo como aspecto os seus direitos e a sua inclusão, com abordagem no direito à educação. Para realização dessa pesquisa, fizemos um levantamento e estudo bibliográfico acerca da temática em questão.

Para conseguirmos o propósito deste trabalho delimitaram-se como objetivos específicos: Conhecer a história da inclusão; acompanhar a trajetória das políticas de inclusão no Brasil, o livro como instrumento lúdico no contexto da Educação Inclusiva.

Sabemos que os livros desempenham um papel importante na desconstrução de estereótipos e na ampliação do repertório das crianças, permitindo que elas explorem realidades diferentes da sua própria, desenvolvam empatia e compreendam a multiplicidade de experiências humanas.

## **METODOLOGIA**

A metodologia que utilizada se baseia em uma revisão bibliográfica, analisando estudos e teorias sobre o tema, além de realizar uma análise qualitativa de obras literárias infantis que abordam a inclusão e a diversidade. Essa abordagem permite uma compreensão ampla e embasada sobre o impacto da literatura na formação das crianças com inclusão.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Um breve histórico acerca da Inclusão**

Quando pensamos em inclusão, é importante distinguir que não estamos fazendo referência a um modismo, ou exclusivamente à tendência mais atual na educação. A educação inclusiva não passa a existir por uma eventualidade. É fruto de um período

histórico e contempla um sistema social e econômico em transformação. Portanto, para entendê-la necessitamos nos reportar às suas raízes históricas.

De acordo com Mrech (1999), a inclusão tem suas raízes em movimentos anteriores à própria década de 1960 e seus eixos básicos se desenvolveram a partir de quatro vertentes: a emergência da psicanálise, a luta pelos direitos humanos, a pedagogia institucional e o movimento de desinstitucionalização manicomial.

A psicanálise, com as contribuições de Freud e Lacan (1895), comprovou um novo entendimento acerca dos seres humanos. Com os trabalhos realizados por Mannoni, a psicanálise apresentou questionamentos ao conceito de deficiência e a aplicação do modelo médico à criança com deficiência e a busca pela luta para que essas crianças fossem respeitadas independente de suas limitações.

A batalha pelos direitos humanos deu – se início na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mais precisamente no ano de 1948. Esses direitos foram retomados nos movimentos sociais na década de 1960, quando surgiu no mundo toda a luta pelos direitos humanos concentrados a todos.

Em consequência da luta pelos direitos humanos, surgiu na França, na década de 1960, a Pedagogia Institucional ou Pedagogia Revolucionária, apresentando uma nova forma de ver a educação.

O movimento de desinstitucionalização manicomial proporcionou um novo modo de ressaltar o tratamento dos doentes mentais e trouxe influência decisiva na alteração da cultura nas décadas de 1960 e 1970.

Nesse sentido Mrech afirma que:

Os movimentos de desinstitucionalização e antipsiquiatria proporcionam novas luzes aos processos de atendimento e tratamento dos doentes mentais. Eles revelaram a importância de situações saudáveis para o bom andamento dos sujeitos. Situações onde os doentes mentais não ficassem excluídos dos ambientes comuns. Onde a eles fosse dado o direito de participar de uma forma mais ampla e digna dos contextos sociais comuns (MRECH, 1999, p.22).

O que se tornou claro no campo da saúde também se revelou na educação. A educação inclusiva não traz exclusivamente o momento atual, mas demonstra o problema social em relação a como os deficientes tem sido tratados.

Em meados de 1950 e 1960, nos Estados Unidos, pais de discentes com deficiência fundaram organizações como a National Association for Retarded Citizens, com o

objetivo de reivindicar educação para seus filhos e defender o direito de serem escolarizados em ambientes mais normalizados (cf. SILVA et al., 2002: 5 – 13).

Na década de 1960, nos países nórdicos, passou a existir pela primeira vez o início da normalização aplicado aos deficientes. A partir de 1968 aconteceu um grande avanço, na Suécia, crianças deficientes passaram a frequentar as classes regulares.

Em 1970, foram criados, nos Estados Unidos, programas educacionais para os deficientes, com o objetivo de conviverem em salas de aulas regulares, com o apoio de vários benefícios complementares. Esses programas foram nomeados *mainstreaming*.

No período de 1980 e 1990 deu-se início a articular sobre a inclusão. Segundo Stainback & Stainback (1984), na década de 1980 nasce o propósito de promover uma fundição entre os sistemas de educação regular e especial.

A partir de 1986, o US Department of Special Education and Rehabilitative Services lançou a “Regular Education Initiative” (REI), agrupando ideias de fusão da educação especial e regular sugerida por Stainback & Stainback. O principal objetivo do “REI” era ampliar procedimentos de atendimentos a crianças com deficiência em classes regulares, estimulando a parceria em meio à educação regular e a educação especial.

O movimento de inclusão ganhou novas forças na década de 1990, com a criação de uma Organização Internacional, a “Schools are for Everyone”, composta por membros de vários países, cujo desígnio era promover a inclusão em grande escala mundial.

No Brasil, o movimento de inclusão (cf. MASINI, 2000; 24) é procedente de desiguais influências tais como:

- A Liga Mundial pela Inclusão que nasceu nos países europeus no combate versus a exclusão de pessoas com deficiências que permaneciam isoladas em instituições especializadas com educação de caráter segregacionista.
- A Liga Internacional pela Inclusão do Deficiente Mental, atualmente conhecida como Inclusion International, teve início na Bélgica, estendendo-se pela Europa, África, Indonésia, Índia, Austrália, Hong-Kong e Américas. E passou a existir para que crianças com deficiência mental fossem estimuladas em seu desenvolvimento e pudessem frequentar escolas regulares. Fundamentou-se na compreensão de que, para o desenvolvimento da criança com deficiência mental, o método de aprendizagem social em sala de aula, convivendo com crianças “normais” seria de grande importância no seu processo de aprendizagem.
- Em 1994 foi realizado em Salamanca a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, na qual foi firmado um pacto com a educação para todos,

permanecendo definida a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no sistema comum de educação. De acordo com a Declaração de Salamanca, a escola deve inserir todos, reconhecendo a diversidade, e atendendo às necessidades de cada um, promovendo sua aprendizagem.

No Brasil a educação de deficientes iniciou – se em instituições especializadas, nas quais permaneciam segregados, ou seja, isolados do convívio com as pessoas normais. Já na em meados de 1950, sob decorrência do que acontecia nos Estados Unidos, deu – se início a um movimento para a integração dos deficientes em escolas comuns. Em 1950, de maneira experimental, foi instalada a primeira sala de recursos em São Paulo para que deficientes visuais estudassem em classes comuns. Essa tendência em busca de uma educação unificada e não segregada expandiu – se com a invenção de outras salas de recursos para a integração do aluno deficiente sensorial e com a criação de classes especiais para alunos com deficiência mental.

Nas décadas de 1960 e 1970, surgiram programas voltados para a integração escolar da pessoa portadora de deficiência mental. O termo *mainstreaming* foi traduzido no Brasil por integração. No nosso país, a integração escolar, traduziu – se na inserção do aluno com deficiência em classes especiais na escola regular.

A integração escolar tupiniquin adaptada pretendia ampliar o acesso à escola pública ao portador de deficiência, propiciar a diversificação de serviços anteriormente restritos às escolas especiais filantrópicas e, com isso, facilitar uma opção para a modalidade de serviço potencialmente menos segregadora (MENDES, 1999, p.9).

A proposta desse método de integração *mainstreaming* era de consolidar-se dentro de uma extensa gama de recursos educacionais especiais e por isso foi denominado de “sistema de cascata” (GODOY, 1999:39).

E nossos sistemas educacionais se depararam atualmente uma verdadeira integração não planejada ou uma inclusão embrionária. A integração não delimitada faz referência à presença de crianças com deficiência na sala de aula comum, sem contribuição especializada e sem planejamento. Isso advém, por ausência de serviços de diagnósticos precoce, fazendo com que a escola regular se regresse a excepcional alternativa disponível (cf.ODEH, apud MRECH, 1999).

Com a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) n° 9.394/96, podemos alcançar melhor a qualidade dos serviços educacionais para os alunos e a necessidade de o professor estar preparado com recursos adequados de forma a incluir e acolher à diversidade de seus alunos.

No Brasil a Educação Especial atravessou distintas modificações legislativas e políticas, mas, no entanto, não foi dada uma aplicação especial por parte de nossos representantes, nem foram disponibilizados recursos suficientes para a educação, de maneira especial para a Educação Inclusiva, como as instituições especializadas, dentre elas: escolas para deficientes visuais, ou escolas para atender pessoas que apresentam deficiência mental, física, auditiva, entre outras. Ressalva-se, a falta de preparo e capacitação de educadores e profissionais da Educação Especial e Inclusiva, para melhor atender e trabalhar com esse público diferenciado.

Vê-se que no Brasil, o acompanhamento das posturas internas se faz através das leis e que as conquistas foram obtidas, entretanto, necessitamos garantir que essas conquistas proclamadas nas leis verdadeiramente possam ser concretizadas na prática do cotidiano escolar, pois o governo não tem alcançado a democratização do ensino, consentindo o ingresso, a estabilidade e o sucesso de todos os alunos do ensino especial na escola regular.

### **As políticas públicas de Inclusão no Brasil**

Entender como se deu a desenvolvimento das políticas públicas designadas à garantia dos direitos humanos fundamentais nos remete avaliarmos os conceitos que expressam o pensamento político de uma determinada época.

Sob esse aspecto, Arendt (2006, p.36) diz:

Que o exercício do pensamento político se move em meio ao passado e o futuro contém tamanhos experimentos como crítica; os experimentos não tratam de delinear determinado sonho de um futuro ilusório e a crítica ao passado, aos conceitos tradicionais, não os pretende demolir.

É conveniente fazermos uma releitura das políticas públicas para assim compreendermos como se deu o processo de exclusão social a qual são submetidos múltiplos grupos de nossa sociedade, sendo assim diferentes ações foram principiadas na luta de uma sociedade que garantisse a todos os povos a segurança da igualdade de direitos e o respeito à diversidade humana, em prol de uma sociedade inclusiva por meio da democratização do ensino. Necessita - se então refletir, a construção de uma política pública aberta à diversidade e diferença, práticas precisam ser estudadas em relação à educação, pois o que podemos observar são leis que existem, mas que na maior parte das vezes não são concretizadas de fato.

E qual é o verdadeiro desafio da educação em pleno século XXI? Se a educação é voltada para todos, então seu amplo desafio é educar na diversidade. De tal modo, está posto um novo modelo educacional, que é a educação inclusiva. “O nascimento da educação inclusiva está historicamente ligado à educação especial ou à educação das pessoas portadoras de deficiências” (FERREIRA, 2006 p.223).

Educar sujeitos em segregadas salas de educação especial expressa negar-lhes o ingresso às formas ricas e estimulantes de socialização e aprendizagem que simplesmente advêm na sala de aula regular necessitado à diversidade atual neste ambiente.

Enquanto política educacional vigente, a Educação Inclusiva tem seu marco na Declaração de Salamanca (1994) que aborda que “O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, onde quer que isto seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças que elas possam ter”. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, adaptando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos adaptados, transformações organizacionais, tática de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades.

Educar a todos desafia as escolas regulares de ensino a receberem as diferenças e estarem preparadas para receberem as necessidades especiais de seus alunos. Deixar de fora alunos seja por dificuldades intelectuais, visuais, auditivos, déficit intelectual entre outras diferenças é categoria de exclusão.

Inserir uma política educacional para educar a diversidade foi um compromisso público acertado pelos chefes de todos os estados e ministros da educação do mundo, com o objetivo de proporcionar “Educação para todos”, em 2000. Esse compromisso foi assegurado na conferência realizada em Jomtien na Tailândia, no ano de 1990, onde foi proclamada a Declaração de Jomtien, ou Declaração Mundial sobre Educação Para Todos. Participaram das discussões a UNESCO e o UNICEF, com apoio do Banco Mundial e de várias outras organizações intergovernamentais, regionais e organizações não governamentais (ONGs).

Além de o Brasil participar da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, o governo usa distintas pautas instituídas em diversos fatos internacionais designados ao desenvolvimento de políticas exclusivas para as pessoas com necessidades especiais. Em meio às quais podemos citar: a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), a Carta para o Terceiro Milênio (1999), a Convenção de Guatemala (2001), e a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão (2001).



Essas Conferências e esses debates foram muito formidáveis para a execução de dois documentos que assinalam para as ações do sistema escolar no que se faz referência à educação inclusiva. Sendo eles: o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Resolução nº 2 CNE/ CEB, ambos do ano de 2001. Constituindo assim o apoio atual das políticas públicas nacionais para receber às pessoas portadoras de necessidades especiais. Pensando em uma concepção democrática da educação escolar que não aceita qualquer tipo de exclusão de crianças, jovens ou adultos.

Passa-se compreender a inclusão como uma educação para todos e com um ensino especializado ao aluno, mas não se obtém implantar essa alternativa de inclusão sem enfrentar um desafio embora maior: o que reincide sobre o fator humano. Os recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo inclusivo de qualidade cedem um espaço de preferência para a ampliação de novas atitudes e formas de interação na vida em sociedade, determinando uma nova maneira perante da aceitação das diferenças individuais, da valorização de cada pessoa, da convivência na diversidade humana e da aprendizagem por meio da colaboração. Essas ações promovem a adaptação das pessoas, com e sem necessidades especiais, destacando as interações sociais e a aprendizagem por meio da cooperação, na qual docentes são mediadores.

### **O livro como instrumento lúdico no contexto da Educação Inclusiva**

O fato é que os ambientes escolares estão organizados para receber o discente com deficiência, mas numa estrutura distinta, completa tão somente para lecionar e aprender o básico e de forma bem singular, o que os coloca em uma conjuntura de extrema desvantagem. “A política de integração/inclusão, como visto antes, recomenda a educação dos discentes com deficiência” dentro dos argumentos suficientes de ensino.”

Mesmo nos dias atuais estando além do primeiro modelo de ensino que queria adaptar os alunos com deficiência, ao sistema educacional, e ficando hoje muito mais próximo do padrão social que adapta o sistema educacional às necessidades educacionais do aluno, embora tenha havido uma transição drástica, existem dificuldades que impedem, em grande parte das vezes, o acesso desses indivíduos ao processo de inclusão educacional.

Por muito tempo, a estratégia de ensino utilizada foi a da generalização, ou seja, eram criadas estratégias pedagógicas e terapêuticas com base em diagnósticos similares e eram aplicadas a todos. Hoje, já se sabe ser este um pensamento errôneo e simplista. Ainda que sejam similares os diagnósticos ou mesmo que sejam absolutamente



iguais, dois indivíduos podem reagir às mesmas situações de maneiras categoricamente diferentes. Assim, a ideia do preparo anterior não passa de uma ilusão.

Não existem fórmulas mágicas, ou seja, a escola não consegue adivinhar o que vai acontecer com base em um diagnóstico apresentado com antecedência. Como a criança ou o adolescente vai se portar, como vai se adaptar, como vai reagir ao ensino e à convivência na escola. E isso não se refere apenas a pessoas com deficiência, já que todos são diferentes e o processo de aprendizagem é algo singular e característico a cada estudante.

O processo inclusivo demanda professores capacitados e com o devido preparo para agir com a diversidade, entendendo as respectivas diferenças e avaliando as potencialidades de cada um dos alunos, de forma a colaborar para que o ensino beneficie o aprendizado de todos. Quando não existe a formação do professor, passa então a ter uma falsa ideia de inclusão, muito mais comum do que se pode pensar, onde o aluno portador de deficiência frequenta o ensino regular, mas não participa do processo de aprender, é só figurativo, pois estar matriculado e frequente não quer dizer que ele está aprendendo.

Observa-se no contexto do ensino da literatura para crianças com deficiência que este é um longo caminho a se trilhar. É preciso uma superação constante, uma vontade imensa, um desejo crescente de mudar histórias, de compor novas realidades. Muitas crianças com deficiência estão presas no seu mundo, sedentos de construir um imaginário e de se inter-relacionar com ele. E o ensino da literatura vai proporcionar isto:

A literatura infantil e juvenil pode ser um elemento facilitador na pro moção da inclusão: há um despertar que promove a identificação com os problemas físicos, sociais e emocionais dos personagens.

Sensibilizado e envolvido pelo contexto da história, o leitor é instigado a atuar mais solidariamente, pois há uma quebra natural de preconceitos. 32

O desenvolvimento cognitivo da criança com deficiência não pode ser padronizado, mas pode ser aferido. Depende muito de cada deficiência, se são de caráter físico como uma cegueira ou uma surdez, ou se a criança tem um déficit intelectual, tudo isto vai determinar o ritmo com que a criança se adapta e se desenvolve diante das possibilidades que lhes são propostas.

O foco do presente estudo é, sobretudo, mostrar que a literatura infantil pode ser importante para o desenvolvimento de crianças com deficiência. As crianças se desenvolvem de formas díspares umas das outras sendo influenciadas não só por fatores

biológicos, mas por múltiplos outros, como o ambiente em que vivem e os estímulos que ganham:

A literatura infantil pode ser o cerne da construção de uma educação inclusiva, pois operando a partir de sugestões fornecidas pela fantasia e imaginação, socializa formas que permitem a compreensão dos problemas e demonstra-se como ponto de partida para o conhecimento real e a adoção de uma atitude que valorize as diferenças e as particularidades.

Assim, é muito importante, no sentido do desenvolvimento infantil, considerar as teorias de Vygotsky<sup>34</sup>, que pontua acerca das crianças com alguma deficiência: “uma criança cujo desenvolvimento está complicado pela deficiência não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que as outras, mas uma criança que se desenvolve de outra maneira”.

É por meio da experiência da leitura e em contato com os diferentes tipos de livros que se observam as crianças com deficiência apresentam a possibilidade de desenvolver diversos conceitos. Quanto maior o acesso à literatura bem como a frequência com que ela é feita, mais ricas serão as informações que elas detêm, sendo mais efetivo o seu aprendizado.

No que se refere aos materiais, já houve problemas maiores, tanto em relação à quantidade quanto à acessibilidade, mas muita coisa ainda há que ser feita. Enquanto isto é necessário que se faça uma adaptação dos livros convencionais, de forma a torná-los mais acessíveis aos alunos com deficiência. Nos casos da impossibilidade de uma criança ler, ainda assim a literatura infantil deve ser utilizada e estimulada através da contação de histórias, onde a leitura é feita por uma terceira pessoa, e desta forma adquirir conceitos e estruturas linguísticas diferentes em cada etapa do conhecimento.

Desse modo, os diferentes benefícios da leitura na infância, nas distintas etapas e áreas do desenvolvimento, seja ela a cognição, a linguagem, o desenvolvimento motor, os autocuidados e mesmo a socialização, podem ser também ganhos por uma criança com alguma deficiência:

Seria importante que o despertar para a leitura começasse em casa, quando os pais deveriam ler histórias para seus filhos. Contudo, sabemos que nem sempre isto acontece. No momento em que a criança vai à escola, ela necessita receber o que em casa não recebeu, e acaba ficando com a escola o compromisso de formar e sistematizar o hábito da leitura na criança e no jovem.

A leitura exerce um poder inimaginável no desenvolvimento na infância, a literatura de forma mais abrangente e também no eixo específico da literatura inclusiva.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise das obras de literatura infantil focada em inclusão e diversidade revelou os seguintes pontos principais: Variedade de representação, temas centrais, desafios persistentes. Os resultados obtidos demonstram que a literatura infantil tem um potencial de ser uma poderosa ferramenta para promover a inclusão e a diversidade. A crescente variedade de representações nas histórias não apenas enriquece o repertório cultural das crianças, mas também contribui para um maior reconhecimento da pluralidade existente na sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que é de extrema importância para pais e educadores debater a leitura e o desenvolvimento por meio da literatura infantil, a importância do livro no processo de formação do leitor e o processo para o desenvolvimento do leitor crítico. A leitura e a escrita desempenham grande importância.

A promoção da inclusão e diversidade na literatura infantil desempenha um papel crucial na formação das crianças, influenciando sua visão de mundo, empatia e compreensão das diferenças. Ao oferecer narrativas que representem a diversidade étnica, cultural, de gênero e de habilidades, a literatura infantil contribuiu para a construção de uma sociedade mais inclusiva e tolerante.

A presença de personagens diversos e a abordagem de temáticas relacionadas à inclusão permitem que as crianças se identifiquem, compreendam realidades distintas da sua e desenvolvam respeito pelas singularidades de cada indivíduo.

Assim, é fundamental que escritores, ilustradores, editoras e educadores se empenhem em ampliar o acesso a livros que valorizem a diversidade e promovam a inclusão, garantindo que todas as crianças possam se enxergar nas histórias que leem, ampliando os seus horizontes e fortalecendo laços de empatia e compreensão mútua.

Dessa forma, a literatura infantil se torna uma poderosa aliada na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, preparando as novas gerações para conviver harmoniosamente em um mundo diverso.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dulce Barros de et AL. Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. Educação CEIUSFM. Santa Maria (RS), V.32,n2,2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. Literatura infantil: teoria e prática. São Paulo: Ática, 2003.

Declaração internacional de Montreal de 05 de junho de 2001. Sociedade inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2010.

Declaração de Salamanca. Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1994. Acesso 05 de abril de 2010.

FERREIRA, J. R. Educação especial, inclusão e políticas educacional: notas brasileiras.

In: RODRIGUES, D. inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo, p. 84-133,2006.

MACHADO, Ana Maria. Como e por que ler os clássicos universais desde cedo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: Porto Alegre: Ed. Arimed, 2003.

MRECH, Leny Magalhães. O que é Educação Inclusiva? Disponível em < <http://www.inclusão.com.br/index.Htm>